



Acordo de delação é aceito e CPI insiste em ter informações

Presidente da CPI Mista da Petrobras, Vital do Rêgo volta a pedir o compartilhamento de dados ao STF, que homologou a delação premiada de ex-diretor da estatal

Com a aprovação do Supremo Tribunal Federal ao acordo feito com o Ministério Público, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras já conseguiu o benefício da prisão domiciliar. Paulo Roberto

Costa deixou a prisão em Curitiba e foi para o Rio de Janeiro, onde mora. Ele é acusado de participar de esquema que desviava dinheiro público e pagava propinas a políticos. Vital do Rêgo quer prorrogar os trabalhos da CPI. 3

Marco Maia e Vital já haviam pedido no dia 23 ao ministro Zavascki (D), do STF, acesso às denúncias do ex-diretor



Jefferson Ruy/Agência Senado

Modernização das votações no Senado gera economia 2

Proposta vincula viabilidade econômica a obra de transporte 3

Empregado poderá autorizar desconto em folha para doação 4

Projeto endurece punição para tráfico de pessoas 3

Outubro Rosa destaca luta contra o câncer



Jefferson Ruy/Agência Senado

Palácio do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Palácio do Buriti estão entre os prédios públicos de Brasília que, em outubro, recebem iluminação cor-de-rosa para marcar o mês de conscientização sobre o câncer de mama. Campanha foi lançada ontem na Praça dos Três Poderes. 2

Cúpulas do Senado e da Câmara iluminadas para lembrar a luta contra o câncer de mama

Ficha Limpa será aplicada em eleição geral pela primeira vez 4

Pauta do Plenário após as eleições já tem prioridades

O secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, anunciou ontem a relação de projetos que podem ser votados pelo Plenário do Senado no mês de outubro.

Entre as propostas, estão a aposentadoria especial para servidores com deficiência e o adicional por tempo de serviço para magistrados e membros do Ministério Público. 2

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Teste da linguinha obrigatório em recém-nascidos
Lei 13.002/2014



LIBERDADE PARA NOSSAS LÍNGUAS!

O teste da linguinha nos recém-nascidos será obrigatório nas maternidades de todo o país.

O Senado aprovou a Lei 13.002, que determina a todas as maternidades a realização do teste da linguinha a partir de 23 de janeiro de 2015. Com ele, o médico vai determinar se a criança tem língua presa, o que pode prejudicar a fala e a amamentação.

O teste é mais uma conquista para uma saúde pública eficiente e um futuro mais seguro para as nossas crianças.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Senado Federal | Sacom | Publicidade e Marketing

Senado já tem prioridades de votação após as eleições

O secretário-geral da Mesa anunciou ontem os projetos que deverão constar da pauta do Plenário em outubro. Relação inclui aposentadoria para deficientes e adicional por tempo de serviço para magistrados

PARA O RETORNO das sessões deliberativas do Senado após as eleições, os senadores já contam com uma pauta prioritária para o Plenário da Casa. Três projetos estão prontos para votação: a garantia de aposentadoria especial para servidores com deficiência (PLS 250/2005 — Complementar), as regras para a guarda compartilhada de filhos (PLC 117/2013) e a proposta de emenda à Constituição que cria um adicional por tempo de serviço para juízes (PEC 63/2013).

O PLS 250/2005 — Complementar, de Paulo Paim (PT-RS), estende aos servidores públicos com deficiência o

mesmo benefício previsto para contribuintes do INSS. A proposta constou da pauta do último esforço concentrado, em setembro, mas teve a votação adiada. O secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, anunciou ontem que o projeto entrará na próxima pauta de votações.

— É um compromisso que o presidente Renan assumiu em público, inclusive com o senador Paim — declarou.

Já o PLC 117/2013 torna obrigatória a guarda compartilhada do filho em caso de desacordo dos pais separados. A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

nia (CCJ) em setembro.

Também considerada prioridade, a PEC 63/2013, que concede adicional por tempo de serviço a magistrados, passou por cinco sessões de discussão em Plenário e aguarda votação em primeiro turno. Há ainda entre as prioridades, segundo Bandeira, o PLC 34/2014 — Complementar, que determina os casos em que forças estrangeiras podem transitar em território brasileiro.

Códigos

Os senadores também devem votar mudanças em códigos e leis que tratam de temas de grande impacto na sociedade. Três delas devem ser apreciadas ainda este ano, afirmou Bandeira: o projeto do novo Código de Processo Civil (CPC), duas propostas de alteração no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e a reforma na Lei de Licitações (Lei 8.666/1993).

— Devemos acelerar para aprovar ainda este ano essas três matérias, bastante densas. Todas foram produtos de comissões de juristas instaladas no Senado e agora estão em fase de deliberação final — explicou.



Ministra Eleonora Menicucci discursando na cerimônia de lançamento da campanha

Iluminação rosa marca mês de conscientização

O Palácio do Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Palácio do Buriti estão entre os prédios e monumentos públicos do Distrito Federal que, durante todo o mês de outubro, recebem iluminação cor-de-rosa para marcar o mês de conscientização sobre o câncer de mama. O movimento mundial Outubro Rosa fomenta as ações voltadas à conscientização e prevenção desse tipo de câncer.

Na abertura do evento ontem, na Praça dos Três Poderes, além da iluminação especial e da apresentação da flautista Mônica Sobral, também foi lançada uma exposição de fotografias de mulheres que venceram a doença.

O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, e a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, destacaram a importância do movimento e o empenho do

governo federal no combate ao câncer de mama.

— Creio que o combate ao câncer de mama exige não apenas o posicionamento do estado, mas a conscientização das pessoas — destacou Aldo.

Eleonora ressaltou que conhecer o próprio corpo é a maneira mais eficaz para combater o câncer de mama e cobrou melhoria do atendimento público de saúde.

— Queremos que as políticas públicas sejam moduladas, desenhadas e implementadas visando à dignidade e ao reconhecimento das usuárias desses serviços — alertou.

O Outubro Rosa acontece todos os anos e tem o apoio da Procuradoria Especial da Mulher do Senado. O **Jornal do Senado** também participa, trazendo o símbolo da campanha (um laço rosa) no alto da primeira página em todas as edições até o final do mês.



Bandeira fala a respeito da retomada das votações na próxima semana

Processo de votação ganha instrumentos modernos

O Senado ganhará painéis eletrônicos mais modernos. A licitação foi concluída na terça-feira. Os novos equipamentos para o Plenário e as comissões custarão R\$ 850 mil, o que representa redução de 66% em relação ao valor inicialmente estimado, de R\$ 2,5 milhões. Esse resultado será apresentado na quarta-feira, durante reunião da Mesa.

— É um painel de alta resolução, que permite colocar mais informação, mais caracteres, incluindo a orientação de bancada — afirmou o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira.

Serão resolvidos problemas de acessibilidade: senadores com dificuldade de usar as mãos poderão votar com os olhos.

Outro tema da reunião é a votação eletrônica dos vetos. Segundo Bandeira, cada parlamentar poderá preencher a cédula pelo computador e imprimir os votos. Depois, no Plenário, cada documento receberá etiqueta que identifica o parlamentar. O resultado será lido automaticamente por QR Code, código de barras bidimensional. O projeto terá de ser aprovado pelas Mesas do Senado e da Câmara.

Os senadores também de-

vem tratar da redução do volume de papel da ordem do dia. A ideia é imprimir as principais informações sobre votações. Na capa, haverá um código que poderá ser fotografado por celular e dará acesso à íntegra em meio eletrônico. O conteúdo também ficará disponível na internet.

— Com isso, economizaremos 8,5 milhões de folhas de papel por ano — disse Bandeira.

Também devem ser discutidos temas como a centralização administrativa, com a mudança física de setores, e a revisão do ato que trata da capacitação dos servidores.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Com a homologação da delação premiada, Vital do Rêgo anuncia que, até segunda-feira, vai reiterar ao Supremo Tribunal Federal pedido de compartilhamento de informações

CPI se articula para receber depoimento de Costa

O MINISTRO DO Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki homologou o acordo de delação premiada entre o Ministério Público e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. Com isso, a CPI mista que investiga denúncias de irregularidades na estatal pode ter condições de receber o conteúdo dos depoimentos e dar continuidade à investigação.

Assim que soube da homologação, o presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), informou que até segunda-feira pretende enviar ofício ao STF reiterando o pedido de compartilhamento de informações. Na terça-feira, em entrevista à Rádio Senado, Vital informou que a comissão fará uma espécie de esforço concentrado para compensar os dias sem sessões durante o período eleitoral. Ele também confirmou a intenção de prorrogar os trabalhos por mais um mês.



Marco Maia, relator, e Vital do Rêgo, presidente da CPI, reuniram-se com Zavascki no dia 23 para pedir o compartilhamento

Os integrantes da CPI já se movimentam para que os dados cheguem quanto antes. O deputado Izalci (PSDB-DF) informou que pretendia entrar em contato com o ministro Zavascki ontem para saber quando isso ocorrerá. Apesar de correr contra o tempo, ele acredita que será possível concluir as investigações antes do fim do ano.

— Acredito que vamos

conseguir investigar, sim. Sabíamos que iríamos atrasar um pouco à espera da delação, mas neste período tem chegado muito coisa, inclusive sigilos bancários, fiscais e telefônicos de vários acusados — afirmou Izalci.

Foro privilegiado

No despacho de homologação, o ministro Teori Zavascki ressalta que pode-se constatar

“elementos indicativos de possível envolvimento de várias autoridades detentoras de prerrogativa de foro perante tribunais superiores, inclusive de parlamentares federais, o que atrai a competência do Supremo Tribunal Federal”.

Ainda segundo o ministro, o Ministério Público informou que o acordo de delação permitiu “identificar um conjunto de pessoas físicas e jurídicas

envolvidas em operações ilícitas, entre as quais as utilizadas inclusive para lavar dinheiro oriundo de crimes antecedentes praticados em detrimento da Petrobras”.

Foi a Operação Lava-Jato, deflagrada em março pela Polícia Federal (PF), que desmontou um esquema de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas suspeito de ter movimentado R\$ 10 bilhões. A estimativa é da PF, que aponta Paulo Roberto Costa como um dos principais integrantes da quadrilha, assim como o doleiro Alberto Youssef.

Com o sucesso da delação, o ex-diretor da Petrobras conseguiu prisão domiciliar. Ontem, Costa deixou a prisão em Curitiba e foi para a casa dele, no Rio de Janeiro.

A próxima reunião da CPI mista está mantida para 8 de outubro, às 10h15, quando os parlamentares ouvirão Meire Poza, ex-contadora de Alberto Youssef.

Projeto exige critério econômico em obras

Vincular a aplicação de investimentos federais em obras e serviços de transportes à comprovação de viabilidade econômica é o que prevê o PLS 235/2014, apresentado por Alfredo Nascimento (PR-AM). Em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a proposta aguarda relatório de Casildo Maldaner (PMDB-SC).

De acordo com o texto, o poder público deve demonstrar em todas as obras e serviços de transportes que o custo do projeto é menor do que os benefícios econômicos. Para isso, altera a Lei 12.379/2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação (SNV), explicitando que os investimentos públicos deverão

seguir “critérios econômicos” e que se deverá buscar, nas obras, os menores custos.

Na justificativa do projeto, Nascimento afirma que “a sociedade cobra, cada vez mais, maior transparência e controle no uso dos recursos dos impostos”, daí a importância da alteração da lei. A única ressalva seria em casos de projetos de cunho social ou de segurança nacional, já que “há outros valores em pauta que não se justificam pelo ponto de vista econômico”.

O PLS 235/2014 também determina que os investimentos destinados à restauração da BR-319 devem ser garantidos com prioridade. A estrada liga os municípios de Nhamundá, no Amazonas, e Porto Velho, em Rondônia, e é, de acordo com Nascimento, a única rota terrestre de contato da região com os demais estados do país.



Intervenções como a de Belo Horizonte dependerão de viabilidade econômica

Proposta aumenta pena para traficantes de pessoas

Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei que tipifica o crime de tráfico de pessoas. O PLS 222/2014, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), altera o Código Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei 6.815/1980, aumentando a penalidade para quem incorrer nessa conduta e determinando que seja negado visto ao estrangeiro condenado ou processado em outro país por tráfico de pessoas.

Para Ferraço, o Brasil precisa rever a legislação penal para definir um tipo básico para o tráfico de pessoas, baseado na finalidade da exploração. O senador acredita que isso seria possível alterando-se os conceitos de “prostituição” e de “coação”, previstos hoje na

legislação, para outros mais amplos, como “exploração sexual” e “abuso de situação de vulnerabilidade” da pessoa vítima do tráfico. Pelo projeto de Ferraço, a pena para quem pratica o crime de tráfico de pessoas, hoje de reclusão de 2 a 6 anos, passa a ser de 4 a 10 anos. No caso de menores de idade, em vez de reclusão de 4 a 6 anos, a pena vai de 8 a 12 anos.

Estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que o tráfico de pessoas é o segundo ramo criminoso mais rentável do mundo, gerando US\$ 32 bilhões por ano. No Brasil, o problema é percebido, por exemplo, na imigração clandestina de bolivianos e peruanos para atender as indústrias têxteis.

Crédito remaneja R\$ 20,5 milhões para cinco ministérios

Aguarda votação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) o projeto de lei do Congresso Nacional (PLN 11/2014) que remaneja R\$ 20,5 milhões para reforçar ações e programas dos Ministérios da Saúde, da Cultura, da Agricultura, do Turismo e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O relator, deputado Jaime Martins (PSD-MG), é favorável à aprovação.

O projeto destina R\$ 2 milhões para fomento ao setor agropecuário

no Espírito Santo; R\$ 14,8 milhões para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) nos estados do Maranhão, Tocantins e Amazonas e nos municípios de Aracaju, Rio de Janeiro, Recife, Mirassol d'Oeste (MT) e Teresópolis (RJ); R\$ 900 mil para promoção e fomento à cultura em Minas Gerais; R\$ 1,3 milhão para apoio a projetos de infraestrutura turística nos estados de São Paulo e Tocantins e na cidade de Salvador; e R\$ 1,5 milhão para promoção e defesa

dos direitos humanos em Minas Gerais e no Distrito Federal.

Previstos pela Constituição e definidos na Lei 4.320/1964, os créditos adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários) são um instrumento usado pelo governo para alterar o Orçamento vigente e atender as necessidades dos órgãos da administração pública. Os créditos suplementares são destinados ao reforço de dotação orçamentária que já consta no Orçamento. O crédito especial, por

sua vez, é destinado a despesa para a qual não haja dotação orçamentária específica. Ambos tramitam na forma de PLNs. Já os créditos extraordinários são destinados a despesas urgentes e imprevistas, como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública, e tramitam como medidas provisórias.

Após ser votado na comissão, o PLN 11/2014 será apreciado pelo Plenário do Congresso. A próxima reunião da CMO ainda não tem data definida.

Sancionada em 2010, Ficha Limpa combate casos de improbidade administrativa e passou a considerar inelegíveis, por até oito anos, candidatos com condenação judicial

Pela 1ª vez, Ficha Limpa valerá em eleição geral

AS ELEIÇÕES DE domingo terão um marco histórico: a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010) será pela primeira vez aplicada em uma eleição geral, que é aquela realizada simultaneamente em todo o país para eleger presidente e vice-presidente da República, governadores e vice-governadores, senadores e deputados federais, estaduais e distritais.

Sancionada em 4 de junho de 2010, a lei é fruto de ampla mobilização popular e fortaleceu as punições aos cidadãos e candidatos que violaram a lisura e a ética das eleições ou que tenham contra si condenações na esfera eleitoral, administrativa ou criminal.

A Lei da Ficha Limpa contém 14 hipóteses para considerar um candidato inelegível por até oito anos de afastamento das urnas. A proposta, fruto de iniciativa popular liderada pelo Movimento Nacional de Combate à Corrupção Eleito-

ral (MCCE), foi aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado após receber o apoio, por meio de assinaturas, de 1,3 milhão de brasileiros.

Cofundador do movimento e integrante da Comissão Brasileira Justiça e Paz, o ativista Francisco Whitaker lembrou, em entrevista ao **Jornal do Senado**, que a tramitação da Lei da Ficha Limpa foi complicada e levou nove meses para ser aprovada nas duas Casas do Congresso. Para ele, a demora aconteceu porque o projeto teria consequências na vida de muitos deputados.

— Quando nós chegamos com a Ficha Limpa no Congresso, deputados diziam: “É mais fácil uma vaca voar do que esse projeto ser aprovado”. E vimos que a vaca voou. Ela acabou passando e está fazendo seu caminho não só no Congresso, mas no próprio Executivo, em que a norma está sendo cada vez mais adotada, e nos mais diversos



Recebido pelo Congresso em 2009, projeto de lei surgiu por iniciativa popular e teve 1,3 milhão de assinaturas de apoio

setores da vida brasileira.

Sancionada sem vetos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei da Ficha Limpa endureceu a Lei Complementar 64/1990 (Lei de Inelegibilidade) e passou a considerar inelegíveis também aqueles que não tivessem condenação definitiva pelos crimes que enumera — bastariam ser condenados por um colegiado de

juízes. O novo texto aumentou o prazo de inelegibilidade dos candidatos condenados para oito anos, contados a partir do fim do cumprimento da pena. A Lei de Inelegibilidade previa que os políticos cassados ou condenados definitivamente por determinados crimes ficariam inelegíveis por prazos que iam de 3 a 5 anos.

Assim, passaram a ser inelegíveis os políticos cassados ou que renunciaram para não enfrentar cassação. O mesmo vale para condenados por crime contra a economia popular; a fé pública; a administração e o patrimônio público; o patrimônio privado; o sistema financeiro; o mercado de capitais e os da lei de falência; e crimes contra o meio ambiente e a saúde pública.

A Lei da Ficha Limpa começou a vigorar no dia 7 de junho de 2010, data da publicação no *Diário Oficial da União*, mas só passou a ser aplicada nas eleições municipais de

2012. Com a aprovação, houve grande discussão sobre quando a lei deveria passar a valer, em razão do artigo 16 da Constituição federal, que determina a vigência de um ano após a aprovação para normas que modificam o processo eleitoral. Porém, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, em agosto de 2010, que a lei seria aplicável às eleições gerais daquele ano, apesar de ter sido publicada menos de um ano antes da data do pleito.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a lei não poderia ser adotada já naquele momento porque isso desrespeitaria o artigo 16 da Constituição.

Ao examinar duas ações em fevereiro de 2012, o STF confirmou a validade da Lei da Ficha Limpa nos termos da Constituição, considerado-a apta para as eleições municipais daquele ano.

(Com informações do TSE)

Caminho para uma política mais ética

Passaram-se 222 dias até que o projeto da Ficha Limpa fosse aprovado pela Câmara, após a apresentação naquela Casa, em julho de 2009. No Senado, onde chegou em 13 de maio de 2010, bastaram seis dias para que estivesse aprovado e fosse à sanção.

Na ocasião, vários senadores ocuparam a tribuna para elogiar a proposta. Pedro Simon (PMDB-RS) destacou que a lei “é o caminho mais

curto e mais seguro para que a sociedade brasileira recupere seus melhores valores e referências, perdidos nos tempos de corrupção e de barbárie”.

— Foi com a aprovação desse projeto [Ficha Limpa] que começou a era da moralidade, da dignidade, e se acabou com a era da impunidade — ressaltou o senador.

Simon afirmou que o projeto era um dos mais impor-

tautes para o país e poderia “colocar um fim na era em que os pilantras, para fugir da Justiça, procuram o refúgio do mandato parlamentar”.

Para o senador licenciado Alvaro Dias (PSDB-PR), a proposta foi “o início da reedificação da credibilidade do Congresso perante a sociedade”. José Agripino (DEM-RN) observou que “a indignação nacional finalmente foi ouvida” pelo Congresso.

Empregado poderá descontar doação

O empregado com renda mensal superior a três salários mínimos poderá autorizar, por escrito e em caráter revogável, o desconto de até 5% da remuneração mensal como contribuição ou doação para organizações sociais sem fins lucrativos. É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado (PLS) 142/2014, de autoria de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que está pronto pra ser votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) — onde tramita em decisão final e conta com parecer favorável do relator, João Alberto Souza (PMDB-MA).

As contribuições não poderão ser feitas a fundações próprias ou entidades constituídas e mantidas pela empresa que o contratou. Por sugestão do relator, o texto estende a vedação a qualquer entidade que tenha nos quadros diretivos os empregadores ou respectivos cônjuges, companheiros ou



Projeto de Antonio Carlos Valadares tem a relatoria de João Alberto Souza

parentes de até quarto grau.

A proposta também determina que as doações não poderão ser utilizadas pelo empregador para fazer propaganda ou para obtenção de quaisquer benefícios de outra natureza, sob pena de indenização em dobro dos valores descontados, em benefício do empregado doador ou contribuinte.

Na justificativa do projeto, Valadares observa que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a legislação

trabalhista em geral concedem especial proteção aos salários dos empregados contra descontos indevidos e apropriações indébitas. O parlamentar assinala, entretanto, que exceções podem ocorrer em benefício do empregado e como forma de facilitar os procedimentos administrativos e garantir empréstimos consignados e contribuições tributárias, previdenciárias e sindicais, nos termos da legislação ou de convenção coletiva.

Preservação deve ser pilar do desenvolvimento, diz estudo

A adoção de práticas mais eficientes para a conservação da biodiversidade deve ser um dos pilares do desenvolvimento econômico no Brasil. A análise é do consultor do Senado Habib Jorge Fraxe Neto, apresentada no texto *Serviços e Bens Fornecidos pelos Ecossistemas: conservação da natureza como estratégia de desenvolvimento*.

O texto mostra os fundamentos da economia dos ecossistemas e da biodiversidade; descreve como o marco legal brasileiro privilegia o uso racional da natureza, em vez de natureza intocada; mostra oportunidades e desafios associados à riqueza biológica; e resume as principais políticas de conservação dos recursos naturais.

De acordo com o estudo, o aumento da eficiência agrícola e a institucionalização de políticas fundiárias, associa-

das a medidas de comando e controle, contribuiriam para a manutenção do patrimônio genético abrigado pelas matas ainda existentes, em especial no caso da Amazônia. Quanto às áreas protegidas, Fraxe Neto ressalta que, mesmo sendo líder mundial em biodiversidade, o Brasil precisa superar a precariedade das unidades de conservação criadas e promover a proteção de regiões prioritárias. Já no campo do desenvolvimento biotecnológico, há um considerável potencial de geração de divisas.

Para o consultor, a água é a questão mais crítica. Prevê-se que, em 2035, 3 bilhões de pessoas estarão sujeitas ao chamado estresse hídrico. Outro desafio, acredita, será atender à demanda por alimentos sem comprometer a integridade dos sistemas naturais.